



FUNAPE

Fundação de Apoio à Pesquisa - UFG

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL**

PROCESSO Nº 11097/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009

E D I T A L

A FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, torna público, para conhecimento dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria Nº. 033/2009, de 21 de setembro de 2009, do Diretor Executivo da FUNAPE, anexado aos autos, que fará realizar a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009**, do tipo **MENOR PREÇO POR GLOBAL**, através do site www.licitacoes-e.com.br, em estrita conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com o Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, com o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores.

1. DA ABERTURA

1.1. Envio das propostas de preços: a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), até as **09h00min** do dia **15 de outubro de 2009**, no site www.licitacoes-e.com.br.

1.2 A sessão pública de lances será realizada no site www.licitacos-e.com.br, do pregão eletrônico nº 026/2009 com data prevista para o dia **15 de outubro de 2009** às **14h00min**, com horário de Brasília - DF.

1.3 Somente poderão participar da sessão pública de lances, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no 1.1, no período compreendido pela data de publicação do edital e o momento anterior à abertura da sessão pública de lances.

1.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O presente **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço por global**, tem por objetivo a **contração de empresa especializada em gerenciamento de projeto, eventos culturais, educacionais e/ou de inovação, instrutoria com a finalidade em promover treinamento para capacitação técnica incluindo fornecimento de passagens aéreas, traslado, hospedagem, alimentação, locação de equipamentos**, para formar e consolidar técnicos, especialistas e pesquisadores em trabalho de agronegócio, agricultura familiar em vitivinicultura na cidade de Santa Helena de Goiás nos meses de setembro, outubro e novembro de 2009, conforme especificações detalhadas constantes

no Anexo I - termo de referencia.

2.2. À Fundação de Apoio a Pesquisa da UFG fica facultada o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da aquisição, em quaisquer itens ou em um só e nas mesmas condições da(s) proposta(s) adjudicada(s), na forma do parágrafo 1º, art. 65, da Lei nº. 8666/93.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que atenderem as condições deste Edital e da legislação específica, apresentarem a documentação nele exigida e se encontrarem cadastradas no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Serviço Público Federal, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto nº. 3.722/2001.

3.1.1 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

3.1.2 As empresas não cadastradas no **SICAF**, e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior a data de recebimento das Propostas (§ único, art. 3º do Decreto nº 3.722/2001).

3.2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

a) concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administrações Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declarados inidôneos;

c) que tenham prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;

d) empresas constituídas em forma de consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição;

e) estrangeira que não possui filial, subsidiária ou representada no País.

4. DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do Banco do Brasil, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, art. 3º do Decreto 5,450/05) no site www.bb.com.br

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para

realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico (§ 6º, art. 3º do Decreto nº. 5.450/05).

4.3. O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Fundação de Apoio a Pesquisa, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art. 3º do Decreto nº. 5.450/05).

4.4 – A informação dos dados para acesso deve ser feita na pagina inicial do site www.licitacoes-e.com.br, acesso identificado.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A participação no Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, **no valor unitário e valor total do item e valor total do lote**, objeto da presente licitação, a partir da publicação no DOU até às **09h00min** do dia **15 de outubro de 2009**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (art. 13, II e VI do Decreto nº. 5.450/05).

5.1.1. A proposta deverá conter a especificação completa conforme termo de referência, anexo I e seguir rigorosamente a ordem do item pré-estabelecido.

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (art. 13, II do Decreto nº. 5.450/05).

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, IV do Decreto nº. 5.450/05).

5.4. Como requisito para a participação no Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (art.21 § 2º do Decreto 5.450/05).

5.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. A Proposta de Preços vencedora contendo informações detalhadas, conforme subitens 5.7.1 ao 5.7.5, deverá ser enviada através do Fax nº. (62) 3521-0010 ou 3205-2386, após o encerramento da etapa de lances, com os respectivos valores readequados ao valor total representado pelos lances eventualmente ofertados. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhado, até 48h00min (quarenta e oito horas), contadas do encerramento das etapas de lances, a Comissão Especial de Licitação da Fundação de Apoio a Pesquisa, no seguinte endereço:



**FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA - FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL
SETOR DE COMPRAS
ESTRADA DO CAMPUS, S/N, CENTRO DE CONVIVENCIA
CAMPUS II – SAMAMBAIA
CEP 74001-970 – GOIÂNIA – GO
PROCESSO Nº 11097/2009
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2009**

5.7. A proposta de preços deverá conter:

5.7.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos.

**5.7.2 ATENÇÃO: A AUSÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOLICITADA NO SUBITEM
5.7.3, PODERÁ ACARREAR A DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE.**

5.7.3 A Licitante **deverá obrigatoriamente anexar a proposta de preços, na forma constante do Anexo II deste Edital (todos os campos deste Anexo II devem ser preenchidos, as empresas não devem esquecer de mencionar detalhamento para que auxilie a análise**, enviando através da opção DOCUMENTOS, em arquivos no formato zipfile (.zip), quando do envio da proposta de preços. O nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Anexo, ex: Anexo1.zip – e o tamanho do arquivo não poderá exceder a 2MB.

5.7.4 AS EMPRESAS QUE NÃO ANEXAREM PROPOSTA, OU AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO(S) ANEXO(S) ENVIADO(S), FOREM INSUFICIENTES PARA A ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SOLICITADAS NO EDITAL, PODERÃO SER AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADAS.

5.7.5 Composição de preços prevendo todos os custos, bem como todos os tributos, frete - CIF, despesas ou encargos de qualquer natureza, resultante do fornecimento, considerando-se o objeto licitado entregue na FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, sediada na Estrada do Campus, s/nº, Centro de Convivência – Campus Universitario, Goiânia – GO.

5.7.5.1 Em caso de destaque do ICMS deverá ser destacado na alíquota interna do Estado de Origem do Fornecedor para Consumidor Final, conforme Artigo 34, § 4º do RCTE Decreto 4.852/97 do Estado de Goiás. A Fundação embora tenha Inscrição Estadual não é contribuinte do ICMS.

5.7.5.1.1 Serão desclassificadas as propostas que destacarem a alíquota interestadual para contribuinte, isto é, somente do estado de origem.

5.7.5.2. Havendo divergências entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros.



5.7.6. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento.

5.8. Poderão ser desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório, bem como as que propuserem preços inexeqüíveis.

5.9. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou outra condição não prevista no Edital.

5.10. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. Os lances deverão ser oferecidos para o valor total do lote a ser ofertado.

6.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

6.7. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.7.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

6.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que

transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.1. Alternativamente ao disposto no subitem anterior, o encerramento da sessão pública poderá ser efetuado por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lance.

6.9. No caso de adoção do rito previsto no subitem anterior, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

6.10. O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

6.12. Quando houver necessidade de apresentação de amostra, o pregoeiro encerrará a etapa de lances, divulgando, posteriormente, o resultado do julgamento.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar (a de menor preço), quanto à compatibilidade do(s) preço(s) em relação ao(s) estimado(s) para contratação e procederá a habilitação do licitante por meio do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, relativo à documentação obrigatório e à habilitação parcial, na forma dos Art. 28 a 31 da Lei 8.666/93, nos documentos abrangidos pelo referido Sistema.

7.1.1 Será feita a consulta **ON LINE** no ato do julgamento da habilitação, e as empresas que estiverem com documentação vencida junto ao SICAF, na modalidade PREGAO ELETRÔNICO, serão inabilitadas.

7.2 Além dos documentos abrangidos pelo SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, o licitante deverá, conforme subitens 7.2, cumprir ainda, as seguintes exigências:

7.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de ata de eleição da diretoria, deverão ser originais ou autenticados por cartório competente.

7.2.2 Atestado (ou declaração) de capacidade técnica, ou mais, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em papel timbrado, que comprove(m) a similaridade de um dos serviços prestados a ser preenchido no anexo III (modelo);

7.2.3. Apresentar Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação, nos termos do modelo constante do Anexo IV deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o nº. da identidade do declarante.

7.2.4. Apresentar Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, nos termos do modelo constante do Anexo V deste Edital.

7.2.5 Apresentar Termo de Compromisso, nos termos do modelo do Anexo VI deste Edital.

7.3. Apresentar Declaração de Vistoria, conforme modelo no Anexo VII deste Edital, assinada por representantes de ambas as partes, de que a licitante vistoriou o local onde os serviços dos Módulos de Treinamentos I, II, III e IV serão executados, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais para o fiel cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

7.3.1 A vistoria deverá ser realizada no dia **13/10/2009**, no horário das 09h00min às 12h00min no Centro Tecnológico de Vitivinicultura Luis Humberto de Menezes, Rodovia GO 164 Km 5, Município de Santa Helena de Goiás, por intermédio de funcionário da FUNAPE, a ser designado.

7.4 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, esta deverá apresentar todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, conforme determina o art. 43, da Lei complementar 123, de 14/12/2006.

7.5 Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que o proponente foi declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da situação que deu causa á restrição.

7.6. Após o cumprimento de todas as exigências de habilitação, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame, através do sistema eletrônico.

7.7 A não regularização no prazo previsto no subitem 7.5, implicará a decadência do direito á contratação, sem prejuízo das sanções prevista neste edital.

7.8. A não apresentação da documentação solicitada dentro do prazo estabelecido, implicará nas penalidades previstas neste Edital.

7.9 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

7.9.1 em nome da **licitante**, com número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo:

a) se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,

b) se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial;

7.10 Os documentos exigidos neste **Pregão** poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticada por Cartório competente ou pelo **Pregoeiro**, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.11 A Documentação habilitatória exigida deverá ser enviada através do fax (0xx62) 3521-0010 ou por e-mail: licitacao@funape.org.br, após o encerramento da etapa de lances, atualizada, com posterior encaminhamento do original, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do encerramento da etapa de lances.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR GLOBAL observadas as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas neste Edital.

8.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.3. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas de preços pelo critério de **menor preço global**, decidindo sobre a aceitação do preço obtido.

8.4. Como critério de aceitabilidade do preço, será admitido como limite máximo o valor estimado pela Administração, ou seja, o preço de referência.

8.5. A classificação das propostas será pelo critério de **menor preço por item** indicado no Termo de Referência (Anexo I).

8.6. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

8.6.1 Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7. O pregoeiro poderá, ainda, utilizar de pareceres técnicos de especialistas no objeto desta licitação.

8.8 Em cumprimento ao que se determina o art. 44 da Lei complementar 123, de 14/12/2006, será assegurada, no caso de empate, preferência de contratação para as

microempresas e empresas de pequeno porte, devendo o pregoeiro, imediatamente após o encerramento da etapa de lances, adotarem os procedimentos descritos nos subitens 8.8 e 8.9.

8.9 Entende-se por empate na modalidade de pregão, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte estejam compreendidas no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na etapa de lances ou da proposta de menor preço, caso não haja lances.

8.10 Após encerramento da etapa de lances, encerrado o tempo randômico, o sistema eletrônico identificará a existência de situação de empate, informando o nome da empresa. Em seguida, o (a) pregoeiro (a) convocará a empresa que se encontra em situação de empate, devendo esta, dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante esse período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

8.11 O prazo de 05 (cinco) minutos é decadência e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao (a) pregoeiro (a) do encerramento a disputa do lote.

8.12 Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do pregão e também para toda a sociedade.

8.13 Para exercício de direito de preferência previsto na Lei Complementar 123/2006, a licitante deverá comprovar seu enquadramento na condição de ME ou EPP, mediante a apresentação de documento.

8.14. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais ocorrências relevantes relativas ao Pregão Eletrônico, constarão de ata circunstanciada da sessão pública divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h00min (vinte e quatro horas).

9.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste **edital** perante a Administração da **FUNAPE** a **licitante** que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a divulgação da “**Proposta**”, apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.



9.1.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.3 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10 – DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR

10.1. O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente, para homologação.

10.2. Após a homologação da licitação, a LICITANTE VENCEDORA será convocada para assinar o contrato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da convocação formalizada e nas condições estabelecidas.

10.3. As condições de habilitação consignadas neste edital deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato, se for o caso.

10.4. Caso o vencedor não faça a comprovação referida no item anterior, ou, injustificadamente, recuse-se a assinar o contrato, a Administração poderá convocar o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, para que, depois de comprovados os requisitos habilitatórios, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e demais cominações legais.

10.5. É facultado a FUNAPE, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem 10.2, ou, ainda, recusar-se a retirá-la, injustificadamente, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.6. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela FUNAPE.

11. DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

11.1.1. É assegurado aos licitantes vista imediata dos autos desse processo de licitação, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos administrativos e de contra-razões.

11.1.2. O Sistema disponibilizará de campo específico para o registro da razão dos recursos e enviará e-mail automaticamente para os demais licitantes registrarem a contra-razão igualmente em campo específico disponibilizado pelo sistema.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da etapa de lances e ao início da etapa de habilitação de fornecedor, importará na preclusão do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

11.3. Na fase de juízo de admissibilidade o Pregoeiro deverá aceitar ou rejeitar a intenção de recurso interposta pelo licitante.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Serão responsabilidades do fornecedor:

12.1. Fornecer o objeto deste Termo, atendidos os requisitos e observadas as normas constantes deste instrumento.

12.2. Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

12.3. Cumprir todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

12.4. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;

12.5. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou prepostos quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

12.6. Exigir de seu pessoal o uso de trajes adequados quando do atendimento ou prestação de serviços ao contratante, devendo portar documento de identificação fornecido pela contratada;

13. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a recebê-la, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto nos incisos XV, XVI e XXIII, do Art. 11, do Decreto 3.555/2000;

13.1.1. Ocorrendo à hipótese prevista no item anterior, os autos retornarão ao Pregoeiro para convocação do licitante remanescente para exame da documentação de habilitação e, se for o caso, negociação do preço;

13.2. Ficar impedido de licitar e de contratar com a Administração da FUNAPE, pelo **prazo de até 05 (cinco) anos**, garantido o **direito prévio da citação e da ampla defesa**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- c) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;

13.2.1. Pelo atraso na execução do contrato, garantida a ampla defesa, aplicar-se-á à contratada a seguinte sanção: multa administrativa, no percentual de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para a entrega dos equipamentos até o percentual máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor atualizado do montante do material em atraso. O atraso superior a 15 (quinze) dias implicará na rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.2.2. Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à licitante contratada, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global de sua proposta escrita;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da **FUNAPE**, pelo prazo de até 02 (dois) anos,
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

13.3. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais previstas neste Edital.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, será utilizado recurso oriundo do convenio firmado entre a FUNAPE/FINEP/SECTEC, código 0106001500, conta corrente nº , já aprovado pelas instâncias competentes, através do Centro de Custo nº. 52.015.



15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será feito em depósito em conta ou transferência bancária na conta do favorecido;

15.2. O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias **úteis** após a execução definitivo dos serviços contratados pela FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, sediada na Estrada do Campus, s/nº, Centro de Convivência. Bairro: Campus Universitário, Goiânia – Goiás, ou em outro local próximo ao citado.

15.3. Os serviços poderão sofrer retenção na fonte dos impostos e tributos aplicáveis, de acordo com a Lei nº. 9430/96 e das Instruções Normativas Conjuntas SRF/STF/SCF números 01 e 02/97.

15.3.1. O fornecedor optante pelo simples não sofrerá, no pagamento, a retenção mencionada no item anterior, desde que comprove essa condição.

15.4. Havendo circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susgado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias.

15.5. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.2. A Fundação de Apoio a Pesquisa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, consoante prevê a Lei nº. 8.666/93.

16.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FUNAPE.

16.4. O não atendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão.

16.5. O contratado deverá, durante a vigência do Contrato, manter sua situação regular perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

16.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação.

16.7. Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo Proposta

ANEXO III – Atestado de Capacidade Técnica

ANEXO IV - Declaração de Fatos Impeditivos

ANEXO V – Declaração emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Lei nº. 9.854/99).

ANEXO VI – Termo de Compromisso

ANEXO VII – Declaração de Vistoria

ANEXO VIII – Minuta do Contrato

16.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

16.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração a finalidade e a segurança da contratação

16.10. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus anexos poderão ser obtidas com a equipe de Pregão nas dependências à Fundação de Apoio a Pesquisa - FUNAPE, no seguinte endereço: FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA, sediada na Estrada do Campus, s/nº, Centro de Convivência. Bairro: Campus Universitário, Goiânia - Goiás. Caixa Postal 684 – Cep 74.690-900., telefones: (062) 3521-0018/ 3521-0008 e pelo Fax 3521-0010 ou pelo e-mail licitacao@funape.org.br.

Goiânia-GO, 02 de outubro de 2009.

Cláudio Rosa Papalardo
Pregoeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

PROCESSO Nº 11097/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

O presente **pregão eletrônico**, tipo **menor preço por item**, tem por objetivo a **contratação de empresa especializada em gerenciamento de projeto, eventos culturais, educacionais e/ou de inovação, instrutoria com a finalidade em promover treinamento para capacitação técnica incluindo fornecimento de passagens aéreas, traslado, hospedagem, alimentação, locação de equipamentos**, para formar e consolidar técnicos, especialistas e pesquisadores em trabalho de agronegócio, agricultura familiar em vitivinicultura na cidade de Santa Helena de Goiás nos meses de setembro, outubro e novembro de 2009, conforme especificação contida no item 06 deste termo de referência.

2. Justificativa

A FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, necessita contratar uma empresa especializada para realizar treinamento em Ciência, Tecnologia e Inovação com implementação de atividades de pesquisa e difusão de tecnologia em agronegócio-vitivinicultura que terá execução técnica da Embrapa Uva e Vinho-Bento de Gonçalves - Rio Grande do Sul e Embrapa Jales de São Paulo em Santa Helena de Goiás para atender as necessidades do convênio nº 0108059500 firmado entre a FUNAPE/FINEP/SECTEC.

3. Julgamento

Serão consideradas vencedoras as propostas que, atendidas a descrição contida no Edital e seus anexos, apresentarem o **menor preço global por Lote**. A descrição do objeto desta licitação deve ter uma descrição detalhada, de forma que se tenha uma noção objetiva e clara do serviço a ser contratado.

4. Especificação Técnica

LOTE 01

Modelos	I, II, III, IV e V.
Local	Os módulos de I a IV serão realizados no Município de Santa Helena no Estado de Goiás. O Modulo V será realizado no Município de Bento Gonçalves



	no Estado do Rio Grande do Sul.
Período	Mês de Outubro/2009, Novembro/2009 e Dezembro/2009.
Contratação	Pró-Labore aos palestrantes (Especialista em Doutor em técnicas de uvas e vinhos) com 60 horas de duração, custo base de R\$ 100,00/aula. Pró-Labore Consultor Técnico (capacidade técnica para realizar exames de qualidade de uvas e vinhos) com 20 horas de duração, custo base R\$ 400,00/hora. Serviços laboratoriais – Antes e depois do treinamento – Análise de sucos e vinhos.
Hospedagem	Hospedagem em hotel em quarto singler de no mínimo 04 (quatro) estrelas na cidade de Goiânia e Santa Helena do estado de Goiás, para 24 diárias (2 diárias por pesquisador / 3 pesquisadores por módulos / 4 módulos) totalizando 24 as diárias tanto em Goiânia quanto em Santa Helena com direito a café da manhã. Hospedagem em hotel em quarto singler de no mínimo 04 (quatro) estrelas na cidade de Bento Gonçalves no estado de Rio Grande do Sul, para 48 diárias (4 diárias por participantes / 12 participantes) totalizando as 48 diárias com direito a café da manhã.
Alimentação	Fornecimento de 112 refeições para 04 módulos para os ministradores do treinamento que acontecerá em Goiânia e Santa Helena sendo 02 refeições diárias (almoço e jantar) incluindo sucos e refrigerantes. Fornecimento de 28 refeições para 01 modulo para os ministradores de treinamento que acontecerá em Bento Gonçalves do Rio Grande do Sul sendo 02 refeições diárias (almoço e jantar) incluindo sucos e refrigerantes.
Coffe break	Fornecimento de coffe break durante 08 (oito) dias com 02 (dois) coffe break ao dia para 60 (sessenta) pessoas. Deverão servir café, pão de queijo, biscoitos, refrigerantes, sucos naturais, roscas entre outros.
Material	50 unidades do kit Embrapa de publicação para treinamento sendo eles livros e apostilas sobre os temas abordados nos 4 primeiros módulos do curso. Módulo I: características de cultivares da videira, enxertia, calagem, adubação, especificidades da região; Módulo II: fatores climáticos, poda, irrigação; Módulo III: dificuldades fitossanitárias e discussão sobre fungicidas, produção integrada; Módulo IV: gestão ambiental, pré-colheita e pós-colheita,



	<p>aspectos da produção de vinho tinto e branco;</p> <p>50 unidades do material didático individual contendo pasta de papel personalizado com logo do Centro de Tecnologia de Vitivinicultura, blocos grande com 100 folhas e caneta azul de anotação e caneta.</p> <p>Impressão de 60 (sessenta) unidades de certificado Padrão com papel couchê , no tamanho folha A-4, com nome dos participantes padronizados individualmente.</p>
Equipamentos	<p>Locação de 01 (um) projetor multimídia (12 diárias do equipamento).</p> <p>Locação de 01 (um) notebook (12 diárias do equipamento).</p> <p>Locação de 01 (uma) copiadora com tonner para tiragem de 5.000 cópias (12 diárias do equipamento).</p> <p>Os equipamentos devem ser instalados e testados antes do início do treinamento.</p>
Passagem	<p>Aquisição de 12 (doze) passagens aérea incluindo (ida) de Porto Alegre a Goiânia e (volta) Goiânia a Porto Alegre.</p> <p>Aquisição de 06 (seis) passagens aérea incluindo (ida) São José do Rio Preto (São Paulo) a Goiânia e (volta) Goiânia a São José do Rio Preto.</p> <p>Aquisição de 12 (doze) passagens aérea incluindo (ida) de Goiânia a Porto Alegre e (volta) Porto Alegre a Goiânia.</p> <p>As datas, horários e nomes serão definidos até 24 horas antes da realização do treinamento.</p>
Translado	<p>Locação de 04 (quatro) vans com motorista para transporte de pessoas da cidade de Bento Gonçalves a Porto Alegre / Porto Alegre a Bento Gonçalves – RS (para 3 dias).</p> <p>Locação de 04 (quatro) vans com motorista para transporte de pessoas da cidade de Jales a São José do Rio Preto / São José do Rio Preto a Jales (para 3 dias).</p> <p>Locação de 01 (um) van com motorista para transporte de pessoas da cidade de Porto Alegre a Bento Gonçalves / Bento Gonçalves a Porto Alegre (para 3 dias).</p> <p>Locação de 04 (quatro) vans com motorista para transporte de pessoas da cidade de Goiânia a Santa Helena / Santa Helena a Goiânia (para 3 dias).</p>

Memória de cálculo 60 horas de treinamento + 20 horas de treinamento na Embrapa RS = 80 horas / 50 técnicos = Custo médio máximo por aluno/hora R\$ 50,00 (cinquenta) reais.

O treinamento básico será ministrado em Santa Helena de Goiás no período de outubro a dezembro de 2009 e último módulo em Bento Gonçalves-RS com datas para os módulos a serem definidas.

5. Responsabilidade da Contratada

Serão responsabilidades do fornecedor:

5.1 – Fornecer o objeto deste Termo, atendidos os requisitos e observadas as normas constantes deste instrumento.

5.2 - Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

5.3 – Cumprir todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações;

5.4 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;

5.5 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou prepostos quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

5.6 – Exigir de seu pessoal o uso de trajes adequados quando do atendimento ou prestação de serviços ao contratante, devendo portar documento de identificação fornecido pela contratada;

6 – Responsabilidades da Fundação de Apoio a Pesquisa

São obrigações da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará:

6.1 – Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital;

6.2 - Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (is) da contratada, após a efetiva realização do evento e devido atesto pelo setor competente;

6.3 – Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;

7- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado até 10 (dez) dias, a contar da data da apresentação da nota fiscal devidamente atestada;

7.2 - A nota fiscal emitida pela empresa e entregue ao servidor da unidade destinatária, com a discriminação de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo, será atestada e encaminhada ao órgão adquirente, no que couber, para fins de pagamento;

7.3 - O pagamento será creditado em favor do Contratado por meio de ordem bancária (depósito ou transferência), devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

7.4 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer nota fiscal, por culpa da contratada, o prazo de 10 (dez) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

8. Dados para emissão de nota fiscal

Razão Social: Fundação de Apoio a Pesquisa,
End. Estrada do Campus, s/n, Centro de Convivência. - **Bairro:** Campus Universitário
CNPJ: 00.799.205/0001-89
Inscrição Estadual: 10.247.914-3
Inscrição Municipal: 44.224-0
CEP: 74.690-900 - **Cidade:** Goiânia – **Estado:** GO.
Fone: (62) 3521-0008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL**

PROCESSO Nº 11097/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009

ANEXO III

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A (Razão social) _____ CNPJ: _____, Insc. Estadual: _____, estabelecida no endereço _____, declara que a empresa _____, CNPJ: _____, sediada na _____, Bairro: _____ na cidade de _____, Estado de _____, é prestadora de serviço similar um dos serviços do objeto deste pregão eletrônico, sendo assim, não tendo até o momento nada que a desabone ou que o desqualifique.

Cidade – UF, de de 2009.

(nome e número da identidade do declarante)
(LOGOTIPO DA EMPRESA)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL**

PROCESSO Nº 11097/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009

ANEXO IV

D E C L A R A Ç Ã O

(Nome da Empresa) CNPJ nºsediada
(endereço completo), declara, sob as
penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação
no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências
posteriores.

Cidade – UF, de de 2009.

(nome do representante legal e Nº identidade)
(LOGOTIPO DA EMPRESA)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL**

PROCESSO Nº 11097/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009

ANEXO V

D E C L A R A Ç Ã O

(nome da empresa)....., CNPJ Nº....., declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ou, declara que emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, conforme Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (se for o caso da empresa).

Cidade – UF, de de 2009

(nome do representante legal e Nº identidade)
(LOGOTIPO DA EMPRESA)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL**

PROCESSO Nº 11097/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO

Ref. Edital Pregão Nº 025/2009

Senhores,

Conforme exigência do Edital, assumimos o compromisso abaixo através deste termo, que se encontra devidamente assinado pelo(s) representante(s) legal(is) desta empresa.

Declaramos expressamente que:

- a. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da referida licitação, expressa no edital, anexos e aviso.
- b. Serão de nossa inteira responsabilidade todos os custos relativos a execução do objeto desta licitação, inclusive as obrigações e encargos trabalhistas com o pessoal designado para os serviços.

Esclarecemos, finalmente, que o portador do presente Termo está autorizado e habilitado a prestar a essa Comissão de Licitação os esclarecimentos e informações adicionais que forem considerados necessários.

Atenciosamente,

Cidade – UF, de de 2009

(nome do representante legal)
(LOGOTIPO DA EMPRESA)



FUNAPE

Fundação de Apoio à Pesquisa - UFG

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL**

PROCESSO Nº 11097/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para os fins de participação da empresa _____ no pregão eletrônico nº 026/2009, que eu _____ como representante da Fundação de Apoio a Pesquisa – Funape, acompanhei a visita técnica Sr.(a) _____ representante da empresa licitante, tomado conhecimento de todas as dificuldades porventura existentes dos serviços a serem executados no Centro Tecnológico de Vitivinicultura Luis Humberto de Menezes, Rodovia GO 164 Km 5 no Município de Santa Helena.

Objeto: Contratação de empresa especializada em gerenciamento de projeto, eventos culturais, educacionais e/ou de inovação, instrutoria com a finalidade em promover treinamento para capacitação técnica incluindo fornecimento de passagens aéreas, traslado, hospedagem, alimentação, locação de equipamentos, para formar e consolidar técnicos, especialistas e pesquisadores em trabalho de agronegócio, agricultura familiar em vitivinicultura na cidade de Santa Helena de Goiás nos meses de setembro, outubro e novembro de 2009

Goiânia,..... de..... de 2009

Nome e Assinatura do Representante legal

As licitantes deverão vistoriar o local, para que tenham conhecimento das áreas em que poderão ser desenvolvidos os serviços, no dia 13/10/2009.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA – FUNAPE
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL**

PROCESSO Nº 11097/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2009

ANEXO VIII

**MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE APOIO À
PESQUISA - UFG E A EMPRESA XXXXXXXXXX.**

A **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FUNAPE**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.799.2005/0001-89, com sede no Centro de Convivência – Campus Samambaia, nesta Capital, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato, nos termos do Art. 46, alínea “a” do seu Regimento, representada por seu Diretor Executivo Prof. Dr. Albenones José de Mesquita, brasileiro, casado, portador do Registro de nº, residente e domiciliado nesta Capital, e a firma (), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J nº (), estabelecida à (), neste ato representada pelo (), brasileiro, (), portador da Cédula de Identidade nº (), SSP-GO, C.P.F. nº (), residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, conforme processo nº 11097, que será regido pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, da Lei Estadual nº 6.474, de 06.08.2002, do Decreto nº 199, de 09.06.2003 e do Decreto nº 2.069, de 20.02.2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e demais normas que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a **contratação de empresa especializada em evento com a finalidade em promover treinamento para capacitação técnica incluindo fornecimento de passagens aéreas, traslado, hospedagem, alimentação, locação de equipamentos**, para formar e consolidar técnicos, especialistas e pesquisadores em trabalho de agronegócio, agricultura familiar em vitivinicultura na cidade de Santa Helena de Goiás nos meses de setembro, outubro e novembro de 2009, **conforme as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.**

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes deste Contrato como se nele transcritos estivessem, o Edital de Pregão Eletrônico nº 026/2009 e seus Anexos, a Proposta da Contratada e demais peças que constituem o Processo nº 11097/2009.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES

A descrição das especificações mínimas e obrigatórias para execução dos serviços está apresentada no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 026/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados de acordo com as especificações do anexo I do Edital do Pregão Eletrônico 026/2008

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

1. Executar o objeto contratado dentro dos padrões estabelecidos pela Fundação de Apoio a Pesquisa - Funape por intermédio de pessoas devidamente qualificadas;

2. arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços.

3. atender prontamente qualquer exigência do representante da SECTEC-GO inerente ao objeto deste Contrato;

4. comunicar a Fundação de Apoio a Pesquisa - Funape, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

5. executar os serviços nos prazos estabelecidos, nas condições e preços consignados em sua proposta comercial;

6. arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Contratante, inclusive o transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7. manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da contratação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

8. executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados;

9. não transferir a outrem os serviços objeto deste Contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da Fundação de Apoio a Pesquisa;



CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

1. efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
2. proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;
3. permitir o ingresso de empregados da empresa nas dependências da Secretaria de Estado de Saúde Pública para execução dos serviços requeridos;
4. notificar por escrito a Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
5. proceder a conferência dos serviços executados, juntamente com as Notas Fiscais verificando quantitativos, preços pactuados, condições e exatidão nas informações.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

O presente instrumento possui o valor de R\$ XXXXX, (XXXXXXXXX)

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, será utilizado recurso oriundo do convenio firmado entre a FUNAPE/FINEP/SECTEC, código 0106001500, Bando do Brasil, conta corrente nº 15676-0, já aprovado pelas instâncias competentes, através do Centro de Custo nº. 52.015.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

Pelo cumprimento do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada a quantia relativa à efetiva prestação de serviços, quantia calculada de acordo com os preços constantes da proposta sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado até o 10º (decimo) dia após a apresentação da Nota Fiscal que deverá ser aceita e atestada pela pessoa responsável designado para esse fim desde que os serviços sejam efetivamente executados e formalmente aceitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento será creditado em favor da Contratada, por meio de depósito bancário ou transferência bancária, devendo para isto, ficar explicitado na nota fiscal o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até **5 (cinco)** dias úteis, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será procedida consulta "**ON LINE**" no **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Fundação de Apoio a Pesquisa em favor da Contratada. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor da Fundação de Apoio à Pesquisa designado na condição de Gestor do Contrato, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a sua fiel e correta execução para fins de pagamento, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No curso da execução dos serviços, objeto do contrato, caberá a Fundação de Apoio a Pesquisa, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o cumprimento das especificações exigidas, sem prejuízo daquela exercida pela Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Fundação de Apoio à Pesquisa comunicará a Contratada, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A presença da fiscalização da Fundação de Apoio à Pesquisa não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

PARÁGRAFO QUARTO - O Gestor do Contrato poderá sustar, recusar, solicitar que sejam refeitos elementos dos serviços desde que não estejam de acordo com as especificações técnicas e qualidade, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições de materiais ou componentes que não estejam de acordo com as exigências ou aqueles que não sejam comprovadamente novos ou de boa qualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência de XXXX, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – A fusão, cisão ou incorporação só será admitida com o consentimento prévio e por escrito do Contratante e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato a Administração da Fundação de Apoio à Pesquisa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I – Advertência, que será aplicada por meio de notificação, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada estabelecendo o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para que a Contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - multa de **0,2%** (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos serviços não realizados, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30 (trinta) dias.

II.i - A multa moratória definida no item anterior será aplicada a partir do 2º (segundo) dia da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

III - multa de **10%** (dez por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Contratante, pela não execução parcial ou total do Contrato.

III.i – Decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha iniciado a prestação da obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua rescisão.

III.ii - A aplicação da multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contratada ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05** (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade se ensejar o retardamento da execução do objeto ora contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no item I e Parágrafo Primeiro desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos itens “II” e “III”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05** (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

São motivos para rescisão do presente Contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado do serviço;

V - a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no Edital e no Contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII - a supressão dos serviços, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a execução das sanções, nos prazos contratuais;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

XVIII - descumprimento do disposto no Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão deste Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração nos casos enumerados nos Incisos I a XII, XVII e XVIII de acordo com o art. 79, I da Lei nº 8.666/93.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVIII desta Cláusula, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão

PARÁGRAFO QUINTO – Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

PARÁGRAFO SEXTO – A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/1993, combinado com o inciso XII do artigo 55 do referido diploma legal.



CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DA PUBLICAÇÃO

O Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diária Oficial União, no prazo de dez dias contados da assinatura do instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Goiás, para dirimir questões oriundas do presente Contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem de acordo, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Goiânia – Go, _____ de _____ de 2009

Prof. Dr. Albenones José de Mesquita
Fundação de Apoio à Pesquisa
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

RG: _____

RG: _____

CPF: _____

CPF: _____